

# Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo

Flávia Rios\*; Olívia Perez\*\*; Arlene Ricoldi\*\*\*

## **Resumo:**

A interseccionalidade entrou na agenda de pesquisas acadêmicas sobre gênero, raça e classe social, bem como nas mobilizações sociais do Brasil contemporâneo. Contudo, os estudos nacionais se concentraram mais no termo enquanto categoria analítica, sem se deter ao uso político e social da mesma. O desafio desse artigo é analisar os significados da interseccionalidade em mobilizações contemporâneas no país. Para tanto, expõe três pesquisas que tratam do tema, cujos resultados apontam para a emergência de uma nova geração de ativismo portadora de nova linguagem contenciosa, que passa a expressar de forma mais evidente as articulações entre o feminismo e o antirracismo com vistas a problematizar as múltiplas formas de opressão social.

**Palavras-chave:** interseccionalidade; feminismo; antirracismo; movimentos sociais.

## Intersectionality in Contemporary Brazilian Mobilizations

### **Abstract:**

Intersectionality has entered the agenda of academic research on gender, race and social class, as well as social mobilization in contemporary Brazil. Nevertheless, Brazilian research is concentrated on the term as an analytic category, without focusing on its political and social use. The goal of this article is to analyze the meanings of intersectionality in contemporary mobilizations in the country. For that purpose, the study discusses three research projects that deal with the theme, whose results point to the emergence of a new generation of activism with a new contentious language which expresses in a more open manner the articulations between feminism and anti-racism in an attempt to problematize the multiple forms of social oppression.

**Keywords:** intersectionality; feminism; anti-racism; social movements.

---

\* Doutora em Sociologia. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, Brasil. End. eletrônico: flaviamrios@yahoo.com.br

\*\* Doutora em Ciência Política. Professora da graduação e do Programa de Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina-PI, Brasil. End. eletrônico: oliviaperez@yahoo.com.br

\*\*\* Doutora em Sociologia. Professora Adjunta no Bacharelado de Políticas Públicas e no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo-SP, Brasil. End. eletrônico: arlenericoldi@gmail.com

## Introdução

“Interseccional” é um termo que vem se popularizando rapidamente entre as militantes brasileiras. Traz consigo a ideia de superação de um feminismo eurocêntrico e de classe média e conjuga categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, periferia, dentre outras. Traduzida na academia brasileira há pouco mais de uma década e associada à Crenshaw (2002), autora que cunhou o termo. O conceito tem sido utilizado crescentemente na produção acadêmica, tornando-se também uma concepção expressiva nas mobilizações contemporâneas, de modo que se pode identificar, em todo o território nacional, feministas que adotam a interseccionalidade nos discursos, nas práticas e na própria autodenominação dos movimentos (como o caso das feministas interseccionais). O mesmo termo assume também tom normativo a ser perseguido na prática, enquanto conduta ética, no interior das vertentes feministas. Nos termos de Marcia Tiburi, filósofa e influente feminista brasileira:

[...] O feminismo interseccional, que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero e da sexualidade e da classe social, é evidente uma luta contra sofrimentos acumulados. Da dor de ser quem se é, de carregar fardos objetivos e subjetivos. A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta “junto com” o outro, o companheiro, contra um estado de coisa injusto (2018, p. 55).

Verifica-se, assim, entre as ativistas e intelectuais públicas brasileiras, um clamor novo no feminismo que exige uma análise compreensiva. Foi justamente a curiosidade de compreender melhor o sentido dos usos e discursos sobre a interseccionalidade que impulsionou a realização do presente trabalho. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é expor e analisar dados que permitam compreender os movimentos sociais da atualidade que se apresentam como interseccionais ou que se valem da interseccionalidade na construção dos seus discursos e nas suas formas de intervenção política.

Para tanto, as três pesquisadoras, das áreas da Ciência Política e da Sociologia, discutem neste artigo os resultados encontrados em suas pesquisas, que por sua vez se utilizaram de informações a partir de distintos procedimentos metodológicos. Cada conjunto de dados e reflexão é apresentado em uma seção do trabalho. A seção 2.1 expõe informações de 511 organizações cadastradas no Facebook, que se autodenominam coletivos, e que tem como principais discussões clivagens relacionadas a desigualdades sociais, tais como: gênero, raça e sexualidade. A seção 2.2 traz resultados de uma pesquisa em que foram aplicados questionários virtuais para ativistas numa tradicional e influente organização feminista brasileira. Por fim, a seção 2.3 apresenta resultados de uma pesquisa etnográfica realizada no primeiro acampamento interseccional de que

se tem registro no Brasil, que reuniu cerca de 300 jovens ativistas em encontro presencial no centro da cidade de São Paulo. Ao final da exposição, seguem as conclusões, com sínteses da pesquisa e apontamentos para futuros trabalhos.

### **O debate acadêmico sobre a interseccionalidade**

Em *L'intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*, Farinaz Fassa, Éléonore Lépinard e Marta Roca i Escoda (2016) afirmam que a interseccionalidade é uma categoria incontornável no mundo intelectual contemporâneo. Para elas, trata-se de um conceito com forte potencial crítico e insurgente, que gerou um novo marco teórico e empírico nas ciências sociais, em particular nos estudos de gênero, seja na teoria ou na prática política.

A socióloga Helena Hirata, em diálogo com a produção de gênero no Brasil e na França, discute a recepção desse conceito especialmente no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que revela a tensão entre os termos *consustancialidade*, de Danielle Kergoat, e *interseccionalidade*, definido por Kimberlé Crenshaw. Enquanto a socióloga feminista francesa teria defendido a tese do imbricamento entre as categorias de classe e sexo, a jurista norte-americana teria ancorado seu conceito na raça e no gênero; por outro lado, os conceitos de classe e sexualidade seriam mais marginais na produção intelectual da feminista estadunidense, enquanto a francesa só recentemente incorporaria a raça à sua análise.

Apesar dessa tensão entre as disputas no mundo acadêmico, no Brasil o termo interseccionalidade tornou-se categoria relevante nas pesquisas mais recentes. Nesse debate, as categorias classe, gênero, raça são mais comuns, especialmente quando se trata de discutir a produção das diferenças e a reprodução das desigualdades estruturais, uma vez que há “[...] o interesse em retomar essas categorias analíticas para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão.” (Hirata, 2014, p. 69).

Na mesma direção, a antropóloga Laura Moutinho também mapeou a recepção do termo interseccionalidade em revistas acadêmicas brasileiras. Sua pesquisa mostra que, ao contrário da produção acadêmica norte-americana em que o termo mulheres negras é a categoria central para pensar as desigualdades de raça e gênero, no Brasil, e particularmente “na produção antropológica brasileira, a figura da mulata e a mestiçagem ganham, igualmente, especial atenção” (2014, p. 211). Se na antropologia se procedeu desta forma, o mesmo não ocorreu com a sociologia nacional, área do conhecimento que privilegiou o estudo das desigualdades raciais em detrimento das diferenças, e a sua produção majoritária fez uso das categorias dos censos e pesquisas amostrais, como a PNAD, onde constam as categorias “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena”. Sendo assim,

em abordagens interseccionais, os grupos de cor são comumente articulados aos agrupamentos por sexo. Desse modo, as análises sobre as desigualdades de gênero e raça, pelo menos desde o final do século XX, consideraram mulheres negras (o somatório de pardas e pretas), homens negros, mulheres brancas e homens brancos, e não mulatos ou morenos como visto no campo antropológico<sup>1</sup>.

Mesmo na Ciência Política nacional em que o debate de gênero é mais marginal – e os estudos da questão racial são tardios quando comparados ao desenvolvimento desse campo em outras áreas de conhecimento das Ciências Sociais –, autores como Flavia Biroli e Luiz Felipe Miguel, ao recepcionarem o conceito, entendem que a interseccionalidade deve ser norteadora de uma abordagem das desigualdades sociais. Segundo eles:

A dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualdades. Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos (Biroli; Miguel, 2015, p. 29).

Embora seja recente o uso do termo interseccionalidade nas Ciências Sociais, no pensamento feminista negro nacional, especialmente o das gerações dos anos 1970 e 1980, o tema da classe, do gênero e da raça, em articulação, são centrais para a explicação das desigualdades. Isso se deve tanto à influência do marxismo nas academias brasileiras como à tradição nacional dos estudos de relações raciais que quase sempre articulou o tema da raça ao da classe, porém raramente tratou do tema gênero. Três estudos clássicos sobre a questão racial, produzidos na segunda metade do século XX e ainda muito influentes na produção contemporânea, não trataram da dimensão de gênero em primeiro plano, mas imbricaram o tema da raça ao da classe, são eles: *A integração do negro na sociedade de*

---

<sup>1</sup> Na produção sociológica, os grupos “amarelos” e “indígenas” raramente são tratados nas análises estruturais abrangentes das relações raciais por conta da sua pouca relevância estatística nos espaços tradicionalmente analisados (renda, trabalho, educação e política) em contraste com os grupos de maior representação demográfica.

*classes* (1964), de Florestan Fernandes; *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), de Carlos Hasenbalg; e *Racismo e Antirracismo no Brasil* (1999), de Antônio Sérgio Guimarães. Do mesmo modo, o clássico dos estudos de gênero no Brasil, *A mulher na sociedade de classes* (1976), de Heleieth Saffioti, não trata teoricamente da discussão de raça para entender as hierarquizações sociais, embora em termos empíricos encontramos mulheres negras nas zonas descritivas de seu trabalho<sup>2</sup>.

O tema das desigualdades de raça, gênero e classe passou a ser articulado de forma intercambiável pelas feministas negras no contexto da redemocratização do Brasil. Para citar um trabalho que deveria ser leitura obrigatória das Ciências Sociais (mas ainda não é): *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), de Lélia Gonzalez, em que a autora traz para o centro da análise uma abordagem interseccional, que envolve múltiplas formas de opressão e dominação articuladas ao processo colonial, persistentes e duradouras, que naturalizariam as hierarquias sociais. Quanto entrevistada, Gonzalez trouxe de forma mais explícita o imbricamento dessas categorias: “a mulher negra sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual” (Gonzalez, 2018)<sup>3</sup>.

Embora faça mais de três décadas que esse debate se apresenta, somente nos últimos dez anos se ampliaram a audiência e o número de interlocutoras, especialmente com a recepção do termo interseccionalidade. Com a tradução do termo ao pé da letra, as análises de gênero passaram a considerar a dimensão racial, apesar dessa abordagem ainda não ser dominante no país. O mesmo ocorreu com os estudos das relações raciais: estes não davam centralidade ao gênero em suas análises, todavia passaram a inclui-lo nos últimos decênios. Tal mudança acompanha o diálogo mais intenso da produção nacional com autoras do *black feminism*, como Angela Davis, Patrícia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw.

Crenshaw (2002) explica que, assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores tais como classe, casta, raça-cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual pesam na forma como vários grupos

---

<sup>2</sup> Saffioti, no desenvolvimento do seu trabalho, foi dando mais importância ao racismo como sistema que, de forma semelhante ao capitalismo e ao patriarcado, se imbricam e condicionam as relações sociais. Assim, a ideia de imbricamento, realizada nos termos “simbiose” (1987), ou de nó (1997) são desenvolvimentos teóricos da autora marxista. Para ela, as formações do racismo e do patriarcado, embora anteriores ao capitalismo industrial, acabam por se fundir em uma relação simbiótica, cujos sistemas só podem ser definidos separadamente para fins de sua compreensão, porém, a análise das relações sociais deveriam levar em consideração o imbricamento desses sistemas. Desde meados da década de 1980, a autora explicita compartilhar da noção de *consustancialidade*, divulgada no Brasil pela primeira vez por Daniele Kergoat (1984 *apud* Saffioti, 1985) em apresentação na ANPOCS.

<sup>3</sup> Entrevista originalmente publicada em 1981 no *Jornal AUÊ – Jornal de Sexualidade*. O conjunto da obra de Lélia Gonzalez está reunido no livro *Primavera para as Rosas Negras*, de 2018, onde consta a republicação da entrevista supracitada.

de mulheres vivenciam a discriminação. A autora norte-americana ensina que as desigualdades relacionadas à classe, gênero ou raça não são simplesmente possíveis de hierarquização: é a interação dessas categorias que atuam na produção e manutenção das desigualdades. Seguindo essa interpretação, Piscitelli (2008), uma das primeiras autoras nacionais a recepcionar o termo, entende que a interseccionalidade oferece ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas desigualdades no Brasil.

Se esse é o entendimento da recepção acadêmica do conceito, deve-se olhar com mais vagar sua apropriação política aos olhos de feministas de diferentes experiências, gerações, cores e matizes ideológicos. Os diferentes feminismos se apropriaram desses termos em seus discursos e práticas políticas, a despeito do seu uso acadêmico.

## **Resultados de Pesquisa**

### *1. Discursos nas redes sociais*

Para entender como os movimentos feministas contemporâneos discutem clivagens sociais e as interações entre elas, foram investigados os chamados coletivos. Os coletivos são organizações fluidas, informais, mais horizontais e discursivamente distantes da política parlamentar e das organizações tradicionais (Perez; Souza, 2017). Um coletivo não precisa ter uma pauta permanente de ação, ele “pode agregar múltiplas demandas, e, por meio de debates periódicos, são definidas quais as pautas prioritárias, a partir da conjuntura política que é mantida em permanente análise.” (Maia, 2013, p. 69).

Sabe-se que a nomenclatura coletivos não é nova: uma das organizações mais importantes por integrar o marxismo, o feminismo e a luta antirracista chamava-se *Combahee River Collective*<sup>4</sup>. O Coletivo Combahee River foi fundado pela professora e militante estadunidense Barbara Smith e ficou ativo em Boston de 1974 a 1980. No Brasil, o movimento feminista negro, dos finais da Ditadura Militar até a redemocratização, organizou-se em formas de coletivos (Rios; Maciel, 2018), a exemplo do Aqualtune (1978), Nzinga (1983), no Rio de Janeiro, além dos coletivos de mulheres negras de São Paulo (1983), de Santos (1986), Mãe Andresa do Maranhão (1986), dentre outros.

Para entender as clivagens sociais abordadas pelos coletivos atuais, foram investigados todos aqueles que possuíam páginas na rede social digital mais utilizada atualmente no Brasil: o Facebook. Na busca feita para a pesquisa, primei-

---

<sup>4</sup> Sobre o Coletivo Combahee River, ver o artigo de Jules Falquet neste mesmo número de Lutas Sociais.

ramente o descritor “coletivo” e “coletiva”<sup>5</sup> foram digitados no espaço da busca no mês de junho de 2017. O banco de dados foi formado por 725 páginas de coletivos. Desses, 511 tinham como pauta principal clivagens sociais (tais como gênero, raça e sexualidade), os outros eram coletivos formados por artistas ou empresários que não abordavam opressões sociais – por isso foram excluídos da presente análise.

Os resultados mostram que o feminismo é a principal pauta dos coletivos que discutem clivagens sociais (57%). Um terço dos coletivos se dedica à causa de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT), a segunda clivagem mais presente nos coletivos. Em terceiro lugar, 22% dos coletivos podem ser classificados como antirracistas, na medida em que expõem nas suas páginas casos de racismo, exigindo reconhecimento das dificuldades associadas à cor/raça/etnia no Brasil, bem como políticas de inclusão. Os outros coletivos atuam em defesa da juventude estudantil, debatem desigualdades relacionadas à classe social, acesso à cidade, meio ambiente etc.

A ampliação das discussões e da militância feminista, negra e LGBT tem relação com o crescimento do acesso à internet nos últimos anos<sup>6</sup>. O conhecimento sobre tais causas antes era restrito a grupos menores. Com a internet, ampliou-se a possibilidade de produção e compartilhamento de conteúdos que questionam preconceitos e exigem mais direitos para esses grupos. No entanto, os meios de comunicação digitais não explicam sozinhos a ascensão dessa militância. A expansão das universidades federais, assim como a adoção de sistemas de cotas, contribuiu com a entrada de negros e estudantes de baixa renda no ensino superior, fortalecendo mobilizações sociais em torno de clivagens mais diversas, o que explicaria também o aparecimento substantivo de coletivos universitários em todo o país.

Além da diversidade de pautas, cerca de metade dos coletivos abordam outras clivagens sociais em suas últimas cinco postagens. O segundo tipo de clivagem social mais discutida pelos coletivos feministas (além do gênero) envolve raça (21%) seguida pela questão LGBT (10%) e classe social (6%). Tem coletivo feminista classista, feminista lésbico, feminista negro etc. Ou seja, embora a maioria dos coletivos não se defina como interseccional, existe uma preocupação com clivagens que vão além das pautas principais. A preocupação mais comum

---

<sup>5</sup> A busca abarcou também o termo “coletiva”, pois as entrevistas revelaram que alguns coletivos feministas por vezes adotam o nome, reafirmando assim a questão de gênero.

<sup>6</sup> Desde 2004, o acesso à internet nos domicílios por meio de microcomputador vem aumentando, variando de 6,3%, em 2004, a 25,7% em 2012. Em 2015, a expansão continuou ocorrendo, alcançando 57,8%, correspondente a 39,3 milhões de domicílios conectados. Os meios móveis (celulares e tablets) permitem o acesso fora de casa, potencializando assim o uso da internet pelos brasileiros (IBGE, 2016).

geralmente é com gênero e raça, tal como um coletivo feminista negro que considera ser necessária a: “[...] conscientização da sociedade ao [sic] combate tanto do racismo, quanto do feminicídio e quaisquer outros tipos de opressões”<sup>7</sup>. Na época da pesquisa, poucos coletivos se definiam como interseccional (apenas 6). Desses, 2 (dois) não expressavam em suas páginas o que entendiam por interseccionalidade, enquanto outros 4 (quatro) pontuaram que os coletivos lutam contra o machismo, racismo, LGBT fobias e opressões relacionadas à classe social. Logo, a interseccionalidade, quando é expressa pelos coletivos, combina mais clivagens do que aquelas ressaltadas pela literatura acadêmica (gênero, raça e classe social).

Em suma, ainda que nem todos os coletivos se denominem interseccionais, a produção de vertentes do feminismo expressa o quanto o mesmo está se abrindo para outras clivagens sociais, além do gênero. A interseccionalidade impulsiona a diversificação temática no interior dos coletivos que, diante da constatação de que as desigualdades têm relação com diversos marcadores sociais, acabam adotando tais discussões nas suas lutas cotidianas.

## *2. Questionário em ONG feminista*

A questão orientadora da pesquisa desenvolvida numa tradicional organização feminista dizia respeito aos novos usos da interseccionalidade como uma posição política no interior de um campo feminista nos anos recentes e sua visibilidade nas redes sociais. Uma das aproximações possíveis do tema com os recursos disponíveis, tratando-se de uma pesquisa sem financiamento, era a disponibilização de um questionário on-line, no sentido de explorar um pouco o que essas ativistas ou simpatizantes pensavam sobre o feminismo interseccional. Propôs-se à União de Mulheres de São Paulo, organização que fora objeto de estudos de uma das investigadoras<sup>8</sup>, a aplicação de uma enquete a ser divulgada em sua página no Facebook (e foi divulgada somente nela, embora houvesse quem a compartilhasse). A ideia era captar algumas impressões de militantes que estivessem, de algum modo, em torno dessa organização, uma vez que, como sabemos, diferentes graus de comprometimento militante podem ser constatados. O questionário ficou no ar de 26 a 30 de junho de 2017, anunciado como uma pesquisa sobre feminismo interseccional. As questões estavam divididas em

---

<sup>7</sup> Trecho retirado da página do Coletivo Feminista Obá Elekó no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/feministaseleko>>. Acesso em abril de 2018.

<sup>8</sup> A União de Mulheres de São Paulo foi tema da dissertação de mestrado de Ricoldi (2007), que estudou um curso de formação feminista que a organização coordenava desde meados da década de 1990, bem como, depois disso, a co-autora deste artigo chegou a presidi-la por dois mandatos de dois anos cada.

duas partes, uma com questões descritivas (idade, raça/cor<sup>9</sup>, escolaridade, sexo, identidade de gênero<sup>10</sup>) e outra sobre o ativismo feminista<sup>11</sup>.

Foram 23 respondentes, todas mulheres que se identificavam como mulheres. Mais da metade (14) tinha até 30 anos e a idade mais frequente era 27. Dessas, 13 eram brancas, 9 negras (5 pardas e 4 pretas) e uma se autodeclarou amarela. Das 23, apenas uma não tinha passado pelo ensino superior. Sete tinham o Superior incompleto, 5 o Superior Completo, 5 pós-graduação lato sensu, 4 mestrados e 1 Doutorado. No que tange ao tema de investigação, 15 tinham ouvido falar de feminismo interseccional. Dessas, 13 fizeram alguma referência temporal sobre a primeira vez que ouviram o termo, sendo que todas disseram ter contato com a nomenclatura após as jornadas de 2013. Vejamos algumas respostas quando perguntadas sobre quando tiveram contato com o tema:

Por volta de 2013, quando estava no ensino médio, ouvi falar da interseccionalidade na escola como uma das vertentes do feminismo, porém à época não tinha ideia de seu significado. **(Branca, 21 anos, Superior Incompleto)**

2016, através de textos e vídeos de feministas negras **(Parda, 24 anos, Superior incompleto)**

Dentro do ambiente universitário, 2014 **(Branca, 23 anos, Superior Completo)**

Há aproximadamente 4, 5 anos, quando comecei a estudar feminismo **(Preta, 42 anos, Superior Completo)**

2016 em discussão em posts surgem as radfem x intersec. Eu fui investigar pra me posicionar. **(Branca, 44 anos, mestrado)**

Tive contato no ano de 2014, quando comecei a me apropriar mais das questões feministas e ler sobre a segunda onda, principalmente Angela Davis **(Parda, 27 anos, pós-graduada)**

---

<sup>9</sup> O quesito utilizou as alternativas constantes em questionários do IBGE (branco, preto, pardo, amarelo e indígena).

<sup>10</sup> Nesse caso, tratava-se de uma questão fechada, com as alternativas “Homem”, “Mulher”, “Trans” e “Outro”, sendo esta última totalmente aberta a preenchimento.

<sup>11</sup> As questões abrangiam a participação nas atividades da União de Mulheres, a forma dessa participação, a possível participação em outras organizações feministas; o conhecimento sobre feminismo interseccional, desde quando, seu entendimento sobre o tema e se era uma feminista interseccional.

Quando perguntadas sobre seu entendimento sobre o feminismo interseccional, alguns exemplos podem ser conferidos abaixo:

Movimento que abarca todas as especificidades da diversidade de mulheres existentes. **(Branca, 23 anos, Superior Completo)**

Feminismo com recorte de classe, raça e sexualidade **(Preta, 22 anos, Superior Incompleto)**

Feminismo que entende que não há hierarquia de opressões **(Preta, 33 anos, Superior Incompleto)**

Procura entender e integrar os diferentes tipos e graus de opressões às mulheres de maneira que todas possam apoiar a causa uma da outra. **(Pardo, 18 anos, superior incompleto)**

É interessante destacar que, das 23 respondentes, 16 se autodenominavam feministas interseccionais – 10 eram brancas e 5 negras (3 pardas e 2 pretas). Das 7 restantes, duas se consideraram feministas radicais espontaneamente, já que esse não foi um quesito específico do questionário<sup>12</sup>.

Dos dados, por serem muito restritos, não é possível fazer generalizações, a não ser uma que pode ser constatada em diversas fontes: essas clivagens surgiram no discurso daquelas que vem engrossando as fileiras do feminismo recentemente, movimento certamente impulsionado pelas chamadas Jornadas de Junho de 2013, quando muitas foram arrebatadas ao mundo do protesto e do ativismo. Figuras como Djamila Ribeiro e Marcia Tiburi acabam por desempenhar o papel de “intelectuais públicas”, refletindo e divulgando temas relacionados ao feminismo. Desde então, temos uma efervescência crescente, a partir das bases do feminismo já estabelecidas, da expansão das redes sociais e do significativo avanço do ensino superior. Outro elemento de destaque são os espaços em que essas mulheres se depararam com o tema do feminismo e com o tema da interseccionalidade, quais sejam: a escola, a universidade e as redes sociais, sendo esta última fundamental para a aquisição do saber sobre o tema em tela. Por fim, destaque-se o entendimento acerca do feminismo interseccional: no conjunto das falas expostas, a interseccionalidade se apresenta como categoria inclusiva, englobante e dialógica, em contraste implícito com as segmentações do debate, dos discursos e da prática ativista dos feminismos tradicionais, isto é, aqueles que emergiram há meio século no Brasil.

---

<sup>12</sup> No questionário, foi perguntado “Você se considera uma feminista interseccional?”, cujas respostas possíveis eram “sim/não”, e, em seguida, “Explique brevemente sua resposta à pergunta anterior”, resposta aberta. Nesta última, duas respondentes manifestaram se identificar mais com o feminismo radical.

### 3. *Etnografia em acampamento interseccional*

Em 2015, uma rede de jovens que atuavam nas redes sociais convocou um evento no centro da cidade de São Paulo, chamado I Acampamento Interseccional. Tratava-se do primeiro evento com essa nomenclatura na história do feminismo brasileiro. Até então, o termo feminismo interseccional aparecia apenas nos discursos das redes sociais, em argumentos sobre as diferenças e desigualdades no interior do feminismo e, sobretudo, no mundo acadêmico, em especial nos estudos de gênero que passaram a recepcionar a categoria de origem norte-americana. O ineditismo do acampamento interseccional foi o aparecimento dessa categoria como status público do ativismo social, isto é, sua identidade coletiva, tornando-se um polo aglutinador de mulheres de diferentes origens e de diferentes tendências do feminismo brasileiro.

A chamada para o evento apareceu no site *Blogueiras Negras*, então um dos mais importantes centros de circulação e de acesso à informação sobre o feminismo brasileiro, conforme estudo de *Lais Rodrigues* (2016). Em sua divulgação no espaço virtual, o grupo assim se caracterizava: “O I acampamento de feminismo interseccional vem para suprir a falta de debates no movimento feminista que façam recorte de etnia, classe e orientação sexual”<sup>13</sup>. Na sua página do Facebook, que conta com mais de 5 mil seguidores, se apresentam: “I acampamento de feminismo interseccional será um espaço de formação teórica, em São Paulo/SP, apenas para mulheres (cis & trans) e travestis”<sup>14</sup>. Mas não foram ao evento apenas mulheres que se automeavam feministas interseccionais, conforme pode ser observado na resposta dada por uma feminista que se autocalifica como branca e que compareceu ao encontro:

Questão: No feminismo, como você se define?

Resposta: “Não costumo me definir utilizando um termo, como “feminista materialista”, “feminista lésbica”, “feminista interseccional” etc. Normalmente me defino apenas como feminista. Mas se tivesse que descrever melhor como eu penso, diria que acho difícil ser feminista sem considerar as críticas e proposições do feminismo negro, principalmente nas considerações sobre as diferenças entre as mulheres e sobre a importância de pensar nas articulações entre gênero, raça e classe. Discordo veementemente de pautas ou propostas transfóbicas, assim como pouco me interessa um feminismo liberal.” **(Branca, 28 anos, superior completo)**

---

<sup>13</sup> Ver: <http://blogueirasnegras.org/events/i-acampamento-de-feminismo-interseccional/>. Acesso em 12 jun. 2016.

<sup>14</sup> Ver: [https://www.facebook.com/pg/AcamentodeFeminismoInterseccional/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/AcamentodeFeminismoInterseccional/about/?ref=page_internal). Acesso em 12 jun. 2016.

Outras feministas que atuavam em coletivos políticos entendiam que a interseccionalidade seria como uma “ferramenta teórico-metodológica” e “instrumento de luta política”, conforme ditos nas intervenções públicas realizadas durante o acampamento interseccional. O evento durou 48 horas aconteceu na região da Sé, centro de São Paulo. Tratou-se de um encontro autogestionado e sem a participação de partidos políticos, grandes ou pequenos. Embora houvesse um esforço das organizadoras em marcar sua autonomia e independência partidária e sindical, o evento foi realizado nas dependências do sindicato dos bancários, mas, segundo as declarações públicas das organizadoras no evento, a concessão do espaço não a deixava com o “rabo preso” com nenhuma organização representativa tradicional.

Do ponto de vista discursivo, havia nas falas uma forte preocupação em não marcar lideranças políticas, no entanto, como é natural em qualquer trabalho coletivo, destacaram-se as figuras articuladoras e organizadoras do evento. As integrantes exaltavam tanto as figuras que tinham histórico de militância no feminismo, como foi o caso da presença da intelectual Sueli Carneiro, fundadora da tradicional Organização de mulheres negras, o Geledés, e também as emergentes figuras públicas que passaram a se consagrar nas mídias sociais pautando o feminismo negro ou os temas da transfobia, gordofobia ou mesmo da homoafetividade e dos comportamentos e identidades sexuais.

Além dos marcadores de raça, gênero e sexualidade, note-se no acampamento a ênfase das jovens em marcar suas origens de classe. Isso acontecia sobretudo quando se autodenominavam periféricas, seja porque vinham de territórios distantes dos centros urbanos, seja porque viviam sob a égide de culturas contra-hegemônicas, como o Hip Hop (especialmente os slams<sup>15</sup> e saraus), os bailes, os encontros undergrounds e os “rolês” homoafetivos. Tão importante como afirmar essas origens periféricas era também valorizar a inserção das pessoas que conquistaram os espaços acadêmicos e estavam em busca de produção anti-*establishment*. É nesse sentido que o tema das referências intelectuais femininas, negras e *trans* ganharam peso. A esse respeito, digna de nota foi a discussão proposta por Amara Moira, mulher trans e declaradamente prostituta, apresentando suas reflexões sobre a teoria queer e o seu tema de investigação na área da literatura.

Do ponto de vista da estrutura, pelos acordos firmados pela organização do encontro não era permitida entrada de homens. Note-se também, a preocupação das mulheres em garantir condições para o recebimento de mães com crianças,

---

<sup>15</sup> Performances, disputas ou campeonatos de poesia falada que acontecem nas grandes cidades brasileiras, e cada vez ganha adesão de adolescentes e jovens negras e de origem periférica. Trata-se de um movimento estético, político e urbano marcadamente influenciado pela cultura HIP HOP.

já que foi oferecido sistema de creches. A organização do evento trabalhou com uma equipe de mulheres negras cooperativadas e contou com o recebimento de um módico valor de inscrição das participantes do evento.

Com relação à metodologia, a referida etnografia envolveu observação participante, conversas abertas com diferentes integrantes do evento, acompanhamento antes, durante e depois do encontro. Observou-se, por exemplo, que as organizadoras do “Acampa intersecs”, embora não tenham realizado a segunda edição do evento, participaram ativamente dos eventos organizados pelo núcleo impulsor das mobilizações locais para a I Marcha Nacional das Mulheres Negras, ocorrida em novembro daquele mesmo ano, em Brasília, a qual foi recebida pela então presidenta da república Dilma Rousseff<sup>16</sup>.

No conjunto, as reflexões presentes no acampamento mostraram a formação de uma rede de ativistas que articulavam, de maneira mais fluida, as mulheres de periferia e as universitárias, que ao observarem as insuficiências e limitações dos espaços virtuais, buscaram articular encontros face a face com vistas a construir espaços formativos e fortalecer os laços de solidariedade entre pessoas que passavam a usar linguagem comum e a adotar nova conduta no mundo da política, orientada pela prática interseccional com a qual se identificavam a ponto de se tornar um novo pertencimento feminista. Neste novo pertencimento, as clivagens de gênero, raça, sexualidade, classe longe de se constituírem sectarismos políticos, parecem ter disparado um novo vínculo comunitário imaginado.

## Conclusões

Apesar das diferenças metodológicas dos estudos apresentados, havia para as pesquisadoras algumas questões norteadoras comuns: quais são as características do ativismo feminista contemporâneo? Quais suas clivagens? Qual o significado do termo interseccionalidade entre as agentes sociais? Como pensar esse ativismo à luz das transformações sociais brasileiras? No conjunto, eles nos apresentam alguns apontamentos relevantes para a Ciência Política e para a Sociologia, áreas do conhecimento que tiveram seus conceitos e teorias mobilizadas nesta reflexão. Mesmo com a vibrante literatura sobre a questão do imbricamento de gênero, raça e classe, que vem sendo produzida há, pelo menos, quatro décadas, o termo interseccionalidade ganhou terreno na academia brasileira e fora dela, ultrapassando os estudos específicos de gênero ou raça, para se tornar um posicionamento

---

<sup>16</sup> Mais informações sobre o trabalho realizado com as jovens podem ser encontradas em Rios e Maciel (2018). Essa etnografia fez parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla que envolveu o estudo do feminismo negro em suas três gerações de ativismo desde a redemocratização até os dias atuais.

analítico novo. Ademais, o termo oferece um novo horizonte para o feminismo, reorientando a identidade e a prática coletiva de feministas brancas, negras e LGBT's, bem como as mulheres da periferia.

As pesquisas aqui expostas apontam para a emergência de uma nova geração de ativismo brasileiro portadora de nova linguagem contenciosa, que passa a expressar de forma mais evidente as articulações entre o feminismo e o antirracismo na esfera pública com vistas a problematizar as múltiplas formas de opressão social, o que, em certa medida, corrobora resultados de pesquisa encontrados nos estudos de outros pesquisadores, como Alvarez (2014) e Medeiros (2017). Por sua vez, integrantes de organizações feministas mais tradicionais não chegam a rejeitar essas novas formas discursivas, sendo que muitas delas aderem à nomenclatura em suas práticas, discursos ou em suas performances públicas. Observa-se, o entendimento de que a interseccionalidade aparece como um novo paradigma interpretativo do social e da política, posto que é uma inovação conceitual que pretende superar antigos antagonismos identitários e favorecer novas bases dialógicas para o enfrentamento das múltiplas dimensões do sofrimento social em suas bases objetivas e subjetivas.

Ao que parece, em diferentes campos disciplinares brasileiros o termo interseccionalidade tem sido incorporado, mesmo naquelas áreas mais refratárias aos estudos de gênero e, principalmente, de raça, como se pode perceber, por exemplo, nas reflexões de Flavia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015), que passaram a chamar a atenção para os múltiplos determinantes das desigualdades sociais, articulando a abordagem marxista aos estudos feministas e antirracistas. Em outra chave, agora do ponto de vista da Filosofia Política, a pesquisadora Djamila Ribeiro, vale-se do conceito para se referir ao lugar de fala de grupos oprimidos e opressores na esfera pública e acadêmica. Sem dúvidas, os diferentes usos da interseccionalidade no Brasil já constituem uma realidade incontornável.

Todavia, a produção acadêmica ainda não refletiu sobre a interseccionalidade enquanto categoria emergente no contexto das transformações da esfera pública brasileira, especialmente no que toca à dinâmica dos movimentos feministas e antirracistas, que tornaram o termo não apenas ferramenta de interpretação social, mas também identidade coletiva, especialmente entre as feministas, negras ou brancas, que passaram a questionar os limites dos ativismos políticos mais tradicionais. Nesse sentido, passamos a observar a emergência da categoria interseccionalidade enquanto identidade coletiva de agentes envolvidas nos múltiplos e descentralizados ativismos políticos contemporâneos, isto é, as mobilizações feministas que não surgiram, mas se intensificaram desde as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos políticos posteriores.

Portanto, trata-se aqui de uma interpretação distinta do sentido usual da produção contemporânea nacional, que fez uso do termo apenas como categoria

analítica no campo teórico visando a natureza e a dinâmica das desigualdades no Brasil. Para nossa reflexão, trata-se menos de uma abordagem estrutural das Ciências Sociais, mas sim de uma categoria de uso nativo que marca a linguagem contemporânea das mobilizações civis, as formas de nomeação e os valores que orientam as ações coletivas daquelas que fazem a política das ruas e das redes. Neste caso, observa-se que, na linguagem das agentes em movimento, o termo deixa de ser substantivo para adjetivar um novo tipo de pertencimento feminista e, acima de tudo, uma nova forma de conceber o próprio feminismo. Trata-se, portanto, da reinvenção do pensamento e da prática feminista em novas bases valorativas.

## Referências

- ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. Gênero, raça e classe. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina. vol. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2000.
- FASSA, F.; LÉPINARD, E.; ROCA I ESCODA, M. *L'intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*. La dispute: Paris, 2016.
- GONZALEZ, L. “A lei facilita a violência”. In: *Primavera para as Rosas Negras*. São Paulo: Diáspora Africana. Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- IBGE. *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- MAIA, G. L. A juventude e os Coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, Santa Maria, vol. 8, n.1, p. 58-73, 2013.
- MEDEIROS, J. Feminismo Periférico na Zona Leste de São Paulo: a centralidade da questão racial para o ativismo de mulheres jovens. In: *40º Encontro Anual da Anpocs. Anais...* Caxambu-MG, 2016.

- MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, 42, p. 201-248, 2014.
- PEREZ, O.; SOUZA, B. M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. In: *41º Encontro Anual da Anpocs. Anais...* Caxambu-MG, 2017.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, vol. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramentos, 2018.
- RICOLDI, A. M. *A experiência das promotoras legais populares em São Paulo: Gênero e Cidadania*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- RIOS, F.; MACIEL, R. Feminismo negro em três tempos. *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, v. 1, p. 120-140-140, 2018.
- RODRIGUES, L. *Blogs Coletivos Feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na Internet*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, 2016.
- SAFFIOTTI, H. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- \_\_\_\_\_. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, São Paulo, n. 8, p. 95-141, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- TIBURI, M. *Feminismo em comum*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.